



Por uma rede teórica para relações públicas - uma forma abreviada da teoria -

**Roberto Porto Simões,
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Brasil**

ABSTRACT

Este trabalho refere-se a uma pesquisa e sua resultante, uma rede teórica, elaborada, segundo paradigma hipotético - dedutivo, apresentada em estrutura sistêmica, no que se refere ao problema da inexistência de uma rede teórica para que a atividade de Relações Públicas, venha a compreender, prever e controlar o processo de relação de poder que ocorre no sistema organização - públicos.

Inicia apresentando a disciplina Relações Públicas, seus processo e seu programa. Define e caracteriza ambos. Demonstra que as funções básicas de pesquisar, diagnosticar, prognosticar o sistema, assessorar os dirigentes quanto as ações organizacionais , implantar, avaliar e controlar projetos de Comunicação, estão relacionadas à dinâmica da relação de poder, ou seja do exercício de poder, existentes no sistema. Assim, tendo identificado que as funções básicas da atividade como funções relacionadas à micro política. Define a atividade como sendo a Gestão da Função Organizacional Política. Inverte a tradicional seqüência de definir conceitualmente a atividade e depois ver o que ela faz. Neste caso, verifica antes o que ela faz e, então, a define conceitualmente.

Prossegue nas suas proposições, identificando como funções organizacionais: financeira, marketing, pesquisa e desenvolvimento, recursos humanos, administração geral e a política. Diz que função política compreende a filosofia, as políticas, as normas e as atividades organizacionais que visem a cooperação no sistema. Esta função pode disfuncionalizar - se, gerando o conflito que está em estado iminente. Estabelece como objetivo da atividade a cooperação. Considera a dialética conflito/cooperação como o objeto formal, enquanto que o sistema organização - públicos caracteriza-se como o objeto material.



Face a esta ótica, posiciona a Comunicação como meio e a Informação como matéria-prima. Classifica os instrumento de informação em: de entrada, de saída e misto. Finaliza, falando sobre a Ética, expressa pelas ações legítimas da organização e a Estética da atividade pela ações bem pensadas, planejadas e executadas. Conclui, citando SEIB, Philip e Fitzpatrick Kathy: "Toda profissão tem um propósito moral. A Medicina tem a Saúde. O Direito tem a Justiça. Relações Públicas tem a Harmonia - a harmonia social".

POR UMA REDE TEÓRICA PARA RELAÇÕES PÚBLICAS - UMA FORMA ABREVIADA DA TEORIA -

A REDE TEÓRICA



rede teórica da disciplina relações públicas

Por que existe a atividade de Relações Públicas?	→ CAUSA	→ conflito no sistema organização- públicos
O que faz a atividade de Relações Públicas?	→ DEFINIÇÃO OPERACIONAL	→ diagnostica o sistema : prognostica o futuro do sistema; assessora nas políticas organizacionais : implementa programas de comunicação e avalia os resultado
A que visa Relações Públicas ?	→ OBJETIVO	→ à cooperação no sistema para a consecução da missão da organização
Qual o corpo de análise e de intervenção de Relações Públicas?	→ OBJETO Material	→ sistema : organização-públicos "anatomia e fisiologia"
	→ OBJETO Formal	→ conflito/cooperação "sintomatologia"
Quais os participantes do sistema?	→ COMPONENTES	→ organização - pessoas - grupos - organizações
Quais as esferas do relacionamento?	→ DIMENSÕES	→ cultural, econômica, política, ideológica, histórica, jurídica e filosófica
Quais as fases na dialética cooperação/ conflito?	→ ETAPAS	→ satisfação, insatisfação, boato, coligações, pressão, conflito, crise, troca de poder, arbitragem
Com que variáveis Relações Públicas intervém no processo?	→ BASES DE PODER	→ ação : legal, legítima, recompensa
		→ comunicação : informar, persuadir, negociar
Qual o elemento comum às bases de poder que organizam o processo?	→ MATÉRIA-PRIMA	→ informação : redução da incerteza
De que maneira são enviadas as mensagens?	→ TÉCNICAS MIDLÁTICAS	→ de entrada, de saída e mistas
O que é a atividade de Relações Públicas?	→ DEFINIÇÃO CONCEITUAL	→ a gestão da função organizacional política
Que fatores justificam a existência de Relações Públicas?	→ BASES FILOSÓFICAS	→ ética : a legitimidade da ação organizacional
		→ <i>estética</i> : as ações bem pensadas, projetadas e realizadas



Este artigo se refere à explicação textual sintética, auxiliada por um esquema, de uma rede teórica, organizada em seqüência lógica racional, porém, não necessária. A relevância desta teoria é seu aspecto gestáltico que fornece um rationale para o ensino e a prática da atividade de Relações Públicas. Esta teoria vem sendo elaborada pelo método hipotético dedutivo e testada por estudos de casos, pela observação participante, durante ações de consultoria nas organizações, por debates em seminários e salas de aula, por entrevistas com profissionais e professores da área e, obviamente, pela revisão crítica de outros autores, em especial, os da área das Ciências Sociais, com destaque para os da Micropolítica.

Entenda-se por rede teórica um conjunto de conceitos, definições, proposições e princípios, logicamente, organizados e relacionados dedutivamente que explica o universo de determinado fenômeno e ajuda o ser humano a compreendê-lo, prevê-lo e controlá-lo. Neste sentido, há conotações com a idéia de sistema. Todos os componentes se relacionam e se influenciam mutuamente. Cada variável coaduna-se com as demais, correspondendo ao todo e o todo integrando as partes.

A necessidade de teoria na esfera de Relações Públicas é quase senso comum entre os membros da comunidade mundial de Relações Públicas, professores e profissionais. Inúmeras tentativas foram realizadas, demasiadas definições conceituais foram relatadas à comunidade de Relações Públicas, mas nenhum consenso foi alcançado. O problema está em criar uma teoria confiável, testada de todas as maneiras e abonada pela comunidade de profissionais e cientistas da área. Teoria não se impõe. Boa rede teórica é construída por meio de argumentos, justificada pelos seus resultados na prática e desenvolvida pela crítica permanente.

Toda ciência é construída por meio de questões que são levantadas em face das inquietudes que brotam no ser humano quando se deseja saber o porquê dos fenômenos. Por isto o esquema apresenta, vinculadas aos pontos capitais da teoria, as questões que a teoria se propõe a responder no texto. O esquema é utilizado como artifício para visualizar os conceitos da rede e as questões geradoras das hipóteses. Ele ilustra a apresentação, a fim de facilitar a compreensão. A leitura do esquema deve ser iniciada pelo topo da página, concluindo com a leitura das bases **ética** e **estética** da atividade. Ressalto que este é um relato sintético do enfoque da teoria da gestão da função organizacional política.. Cada um dos pontos da rede foram por mim aprofundadas (Simões, 1995



e 2001), porém, não esgotados, à semelhança de um quebra-cabeça cuja solução é utópica, no sentido de estar, sempre, sendo buscada.

Por que existe a atividade de Relações Públicas?

A CAUSA

A premissa, principal e inicial, da qual é deduzida a rede teórica, é a **Causa** da existência da atividade de Relações Públicas. A causa implica a razão pela qual a atividade foi identificada e, apesar de processo demorado, está sendo legitimada, tornando-se uma instituição. A sociedade somente legaliza e institucionaliza uma profissão se ela se propõe, vindo em seu benefício, resolver algum tipo de problema ou deficiência. Esta proposta da profissão é o que caracteriza sua responsabilidade social.

A organização se apresenta em duas instâncias. Inicialmente, expressa uma idéia abstrata, criada e posta em execução pelo ser humano, a fim de cumprir uma finalidade social, porém, quando objetivada, torna-se algo factual, resultante dos interesses e decisões de todos aqueles que possuem poder para tanto. Toda organização possui determinado propósito, dito na linguagem da teoria da administração, de uma **missão**. A consecução da missão implica decisões, de acordo com premissas técnico-político-econômicas, que levem à ações eficazes. A organização, transcendendo a ótica dos seus componentes, necessita de decisões eficazes para cumprir sua missão que é, essencialmente, sua, diferente dos objetivos particulares dos seus membros. Além do que a organização, factualmente, é uma sociedade e está inserida em outra sociedade maior, para as quais, sociedade interna e sociedade externa, presta serviço. A organização abstrata solicita decisões técnicas, contudo, a organização factual se defronta com decisões valorativas.

Todavia, apesar da interdependência entre as partes (Keohane & Nye, 1997), raramente os interesses são convergentes, mesmo entre a organização abstrata, contida no imaginário da sociedade e a sociedade factual, constituída por diretores, gerentes e empregados, materializada em edifícios, produtos, logotipos. Interna e externamente, a organização é pressionada por agentes de influência que, tendo algo em comum com a organização, ganham o designativo de públicos. Cada um desejando impor suas próprias decisões ou influenciar as decisões dos outros sobre recursos escassos. Daí a iminência do conflito. Entenda-se por **conflito** (March e Simon, 1972:160) - "um colapso no sistema decisório". O conflito, caso ocorra e perdure por muito tempo, traz sérios



prejuízos à organização, ao sistema e à sociedade, pois toda energia, principalmente, a dos membros da organização é, carregada para a solução do conflito, deixando de lado os aspectos produtivos. Logo, o conflito, apesar de conter algo positivo, deve ser evitado ou resolvido, tendo-se, assim, ações preventivas e curativas respectivamente.

Qual é a esfera de atuação da atividade de Relações Públicas?

A FUNÇÃO ORGANIZACIONAL POLÍTICA

A organização não existe estaticamente. Em absoluto, é um objeto físico, mesmo que materialize em edifícios, máquinas e outros aspectos materiais que a identifiquem. A organização existe, funcionalizando-se de inúmeras maneiras por meio de um número incomensurável de ações. Observando-se as ações, qualitativa e estatisticamente, identificam-se ações interligadas. Isto permite classificá-las em algumas categorias, designadas por funções ou, se desejarmos, subsistemas organizacionais.

Os cientistas de teorias das organizações as têm classificado em funções organizacionais de: produção, financeira, marketing, recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento e administração geral. Contudo, o conjunto de funções não se esgota nestas seis. Há uma sétima designada por **função política**. Por tal, entenda-se a **filosofia, as políticas e as ações inter-relacionadas que, sob o enfoque de relação de poder / comunicação, visam à consecução da missão organizacional**. As funções organizacionais visam à consecução da missão organizacional, cada uma, segundo sua ótica específica. A função política se refere à relação de poder entre a organização e todos aqueles agentes com influência que podem interceptar ou desviar sua trajetória. Esta função contém as ações correlacionadas com o processo de exercício de poder / comunicação interno e externo à organização. Caso se aceite, assim como relatam March e Simon (1972) e Mintzberg (1992) de que a relação de poder, entre A e B, configura-se em um jogo de tomada e influência de decisão em que o conflito e a cooperação pertencem à dinamicidade do jogo, tem-se que causa e solução do problema são explicadas na esfera da ciência política.

Como é exercida a atividade de Relações Públicas?

DEFINIÇÃO OPERACIONAL

Os textos sobre Relações Públicas apresentavam e, ainda, apresentam definições conceituais, encharcadas do *background*, teórico ou prático, dos



autores que aportaram em Relações Públicas: jornalistas administradores, psicólogos, advogados, economistas, entre outros. Cada um deles, com linguagens e práticas específicas, adicionaram suas definições às existentes na bibliografia sobre o tema. Daí a *Babel* na busca de uma definição conceitual. Não existe um axioma de onde se possa iniciar um processo dedutivo único. Evitar em cair nessa armadilha, implica o artifício de inverter o caminho para definir Relações Públicas. Iniciar pela definição operacional e, dela, como premissa, definir conceitualmente Relações Públicas.

A definição conceitual de determinado objeto não é suficiente para a sua compreensão. No caso de Relações Públicas, existem mais de 500 definições conceituais, (Priess, 1997). Compreender como a atividade é exercida, parece ser mais fácil que responder o que é a atividade. Busca-se apoio, então, na **definição operacional**, ou seja, **a definição de um conceito, segundo as suas ações ou operações**. (Bridgmann, 1927). Se a definição conceitual é singular a esta teoria, a definição operacional, salvo pequenas complementações ou troca de termos, está próxima de um comum acordo entre professores e profissionais da área. Pode-se comprovar esta assertiva por intermédio do Acordo do México (1978), e pela bibliografia específica do tema. As funções operacionais básicas da atividade são:

- **Pesquisar a estrutura e dinâmica do sistema organização-públicos, inseridos em uma conjuntura e com a elaboração de cenários;**
- **Diagnosticar o sistema organização-públicos;**
- **Prognosticar o futuro do sistema;**
- **Assessorar as chefias organizacionais sobre as políticas da organização;**
- **Implementar programas de comunicação a fim de:**
 - a) **aproximar as partes,**
 - b) **explicar e/ou justificar as ações organizacionais,**
 - c) **alterar os eventos sociais do processo de Relações Públicas.**
- **Controlar o programa para que não se afaste dos objetivos colimado;**
- **Avaliar os resultados das ações e das comunicações.**

Ora, a análise de conteúdo desse conjunto de ações, também designado por **programa** da atividade, segundo Pirie (1988), permite identificar as funções



administrativas de **pesquisa, diagnóstico, assessoria, planejamento, execução, coordenação, controle e avaliação**, confirmando anterior asserção de que a atividade de Relações Públicas é uma atividade administrativa. Falta caracterizar seu campo de ação na esfera organizacional. Para isto, é necessário ver o processo em que o programa, caracterizado pelas funções administrativas exercidas, intervém. A perfeita caracterização dos objetos material e formal de uma atividade é útil para diferenciá-la de outras.

Que visa a atividade de Relações Públicas?

O OBJETIVO

Pode-se pressupor como objetivo da atividade de Relações Públicas **a cooperação mútua, entre as partes do sistema organização-públicos visando à consecução da missão organizacional**. A organização, caso não obtenha, para suas decisões, a cooperação de seus públicos, provavelmente, defrontar-se-á com muitos obstáculos em sua trajetória e terá sua missão comprometida. O fracasso ou o desaparecimento de uma organização significa prejuízo à sociedade, expresso pela redução de postos de trabalho e pela redução de produtos e serviços na economia.

Cooperação - ação em conjunto para atingir um objetivo comum - apesar deste conceito ter sido citado, aleatoriamente, em obras sobre o tema, jamais teve papel destacado na rede teórica. Agora, busco articulá-lo com os demais conceitos e seus papéis no contexto da teoria. Justifico sua escolha por considerar que a atividade de Relações Públicas não tem por objetivo, somente, formar imagem, criar a boa vontade, obter atitudes positivas e estabelecer a compreensão mútua. Todos estes termos correspondem a pré-comportamentos. São estágios prévios para se chegar à ação das partes em cooperar mutuamente. O objetivo da atividade almeja a **ação** favorável dos públicos à missão da organização.

Qual o objeto de análise e de intervenção de Relações Públicas?

O OBJETO

Extraí-se, do que até este ponto foi exposto, que o objeto da análise e intervenção da atividade é **o sistema social organização-públicos** em sua estrutura - componentes e dinâmica. Por caracterizar-se como algo factual, o sistema é designado de **objeto material**. Em analogia com a medicina, corresponderia, de forma imperfeita, à "analogia e à fisiologia humana". Na "anatomia",



tem-se os componentes do ser humano e, na "fisiologia", encontra-se sua dinâmica.

Abordagem para análise e intervenção do e no objeto material pode ser realizada sob inúmeros enfoques, porém, somente um diz respeito à atividade de Relações Públicas. Esta ótica específica é designada pelo termo **objeto formal**. Este objeto, em Relações Públicas, é a bipolaridade **conflito / cooperação** no processo do sistema. A analogia feita com a medicina é a de que este processo social seria semelhante à sintomatologia da dicotomia saúde/doença. Esta bipolaridade se caracteriza por alternância inopinada - ou equilíbrio dinâmico - de posições. A organização e seus públicos podem estar em estado de cooperação, mas, iminentemente, podem entrar em conflito ou vice-versa. Cooperação e conflito fazem parte da imensa família dos "dois lados da mesma moeda". Não existe um sem o outro. Cooperação e conflito são conceitos que pertencem à teoria política. Logo, em mais um momento, pode-se afirmar que a atividade de Relações Públicas se relaciona à gestão da função organizacional política da organização.

Quais são os componentes e a dinâmica do processo?

A ESTRUTURA DO OBJETO

Pirie (1998) desenvolveu a teoria sobre as disciplinas, argumentando que cada uma, quer seja da natureza, quer do social, implica dois elementos: o processo e o programa. O processo refere-se à sucessão de estados e de mudanças do exercício de poder no sistema organização-públicos, no que diz respeito à missão da organização. O programa, por sua vez, contém o diagnóstico, o prognóstico do processo e a decisão sobre as variáveis a serem inseridas nele, visando ao êxito da missão da organização. O programa corresponde à definição operacional.

Explicando-se outros estratos da rede teórica, chega-se ao nível em que se encontram três elementos: os **componentes**, nos quais se identificam as partes do sistema, as **dimensões**, que qualificam a relação social, e as **etapas do problema** que caracterizam os sintomas da relação. Estão situados, em ordem subsequente, um após outro, por significarem a **estrutura** (componentes e dinâmica) do sistema, sem implicar vínculos de interação entre os termos na disposição horizontal.



Com que variáveis Relações Públicas intervém no processo?

BASES DE PODER

O próximo campo do esquema se refere às duas bases de poder ou variáveis intervenientes, por intermédio das quais, o poder é exercido no sistema: **a ação e a comunicação** ou, se quisermos, pela ação e pelo discurso. A influência é realizada por processos de comunicação, mas, também, pela prática de políticas administrativas. Antes de tudo, a decisão e a ação que se segue precisam ser **legais - quem decide está autorizado a fazê-lo**. O governo lhe deu alvará, portanto, ela pode decidir na esfera daquilo que disse para que veio.

Ocorre, porém, que toda decisão é um decisão de risco. Pode agradar a "gregos", mas não a "troianos". Considerando que não é suficiente ter autoridade, pois ela pode desfuncionalizar-se no autoritarismo, é necessário acoplar outra forma. Desta feita, a ação é **legítima** quando as decisões se enquadram sob aspectos do bem comum. Visam aos interesses legítimos de ambas as partes. Estas duas bases se vinculam aos aspectos legal e ético da integração. Contudo, apesar de ser legal e legítima, a organização pode não ser assim percebida pelos públicos. É necessário dizer ou mostrar aos públicos, por meio da retórica, o valor da organização. Existe, todavia, uma terceira base: a **coercitiva** quando **a ação de uma das partes é pressionada por um estímulo agradável, - a recompensa** ou por **estímulos desagradáveis - a punição**. Nesta base situa-se o que, em linguagem do senso comum, costuma-se dizer, o poder econômico. A utilização de ações coercitivas implica limites tênues com os problemas éticos.

Porém, estar, legalmente constituída, agir legitimamente, argumentar sobre suas decisões e dar compensações não significa aceitação pacífica da decisão por parte do outro parceiro, pois na maioria das vezes sequer as ações de um dos autores são percebidas pelo outro, por causa das condições de alienação. Quando percebidas, muitas vezes, são interpretadas de maneira errônea, principalmente, quando o receptor anseia pelo imediatismo dos resultados. Por esta razão, utiliza-se o outro meio de influência - a **comunicação**.

Abandonando-se os vários outros significados (Dance, 1973), entenda-se por **Comunicação - um processo de troca de informações, chegando à resultante: compreensão mútua**. A utilização do termo comunicação com este sentido aproxima-se do significado ou contém o significado de **negociação, de intercâmbio de propostas na busca de um resultado em que ambas as partes se beneficiam**, designado por negociação ganha-ganha. Contudo, o



processo de influencia não se restringe a esta ótica da bilateralidade do processo. Pode ser realizado de maneira unilateral, somente de uma parte para a outra. O significado de comunicação, nesta ótica, tomar outras designações como: (1) de **informar**, enviar dados significativos, reduzindo a incerteza das outras partes; (2) **informar-se** buscar e decodificar dados significativos, deduzindo informações; (3) **comunicar** - com o sentido de informar ou com o significado de dar ordens; (4) **persuadir** - argumentar e justificar seus pontos de vista, por meio de razões lógicas e éticas, visando à troca da decisão do parceiro do sistema. Há que distinguir informação de desinformação. Veja-se Durandin (1995) Esta última ocorre quando o dizer contém mentiras ou verdades parciais, levando os receptores a certas decisões que, caso soubessem a versão completa e correta, teriam outro posicionamento.

Qual o elemento comum às bases de poder que organiza o processo? MATÉRIA PRIMA

Contudo, as bases de poder, em si, não provocam, diretamente, a manutenção ou modificação das atitudes, da imagem, da credibilidade e, conseqüentemente, da conduta. O elemento ativador e organizador do processo é a **informação**, ou seja, uma **quantidade de dados, com significado e utilidade para as partes, contendo a verdade e reduzindo a incerteza em face da necessidade de resposta a uma pergunta**. A informação é a matéria prima que produz "a reação química" no sistema, levando à ação cooperativa entre as partes. Ela organiza a relação, evitando a entropia. Considerando que quem tem a incerteza depende de outros para tomar uma decisão, certamente adequada aos seus interesses, conclui-se que quem tem a informação tem o poder sobre a decisão ou de influenciar a decisão do outro. Mais uma vez, encontra-se a relação em jogo e o vínculo entre poder, comunicação, informação e conhecimento.

Por tratar-se de uma função básica administrativa que não pode ser esquecida, destaco o termo (e a ação que ele implica) Controle e avaliação são conceitos se complementam e ambos necessitam de Informação para saber se as ações caminham como se esperava e informação para decidir o que fazer para evitar o descontrole do projeto. Dando suporte a este princípio tem-se Wiener (1986, p. 211) "Qualquer organismo mantém sua coerência de ação mercê da posse de meios para a aquisição, uso, retenção e transmissão de informação".



De que maneira são enviadas as mensagens?

TÉCNICAS MUDIÁTICAS

Prosseguindo na análise do esquema, atinge-se o nível dos conceitos **técnicas midiáticas**, canais do processo de comunicação, que transportam as mensagens, contendo ou não a informação. Por coerência com as idéias dos significados do termo comunicação e do fluxo das mensagens, classifico técnicas em: **de entrada**, que trazem mensagens, **de saída**, que levam mensagens e **mistas**, quer dizer, bidirecionais, que levam e trazem mensagens. Apesar de que a utilização das técnicas caracteriza-se no uso de poucas, com destaque para a mídia, a quantidade delas é infinita e cabe ao profissional de Relações Públicas ser criativo e inventar outras, quando a situação assim o exigir.

O que é a atividade de Relações Públicas?

A DEFINIÇÃO CONCEITUAL

Na leitura das funções do programa de Relações Públicas, ou seja, a sua definição operacional, observam-se as ações de: pesquisar, diagnosticar, prognosticar, planejar, assessorar, executar, controlar e avaliar. Estes verbos estão a indicar que essa atividade refere-se às funções administrativas. Logo, esta atividade é uma atividade administrativa que diz respeito à função organizacional política com finalidade manter a organização existindo no mercado.

Por outro enfoque, analisando o conteúdo de cada função da atividade, encontram-se os seguintes conceitos: relacionamento, interesses, opinião, influência, informação, processo decisório, normas, políticas, negociação e controle. Todos esses conceitos estão vinculados à teoria e prática da ciência política. Arendt (1993) coloca que a política se refere à pluralidade, na sociedade, de tribos e de seus interesses, quase sempre conflitantes. A harmonia, a ser alcançada, seria através de exercícios de interesses. Na dimensão e na linguagem de Relações Públicas, talvez pudesse ser dito, de negociação e troca de informações. Significa, também, os conhecimentos e as práticas de governo de relação de poder em qualquer situação em que existirem dois ou mais elementos em interação com processo decisório envolvido, na busca da organização dessa interação.

Portanto, função organizacional política, implicando sua gestão, enquadra-se em sua essência na área da Política e, em sua aparência, na esfera da Comunicação. Relações Públicas é uma disciplina científica e uma atividade



profissional que maneja a relação de poder no sistema organização-públicos, utilizando, para isto, meios de comunicação. A razão básica, a essência, é o exercício de poder, a aparência, a forma, é a comunicação.

O objetivo final de Relações Públicas é a harmonia na sociedade organização-públicos. Contudo, o caminho para se alcançar este objetivo, passa pelo atingir metas mais específicas tais como: obter a boa vontade, a boa imagem, a opinião favorável, o mito dos seus heróis e suas realizações e a cooperação dos participantes, pois sem atitudes favoráveis aos interesses e expectativas de ambos não se chega à harmonia. Alguns autores sobre o tema colocam essas metas secundárias como principais.

Esta função organizacional, assim como as outras, cumprirá sua finalidade se exercida de maneira adequada. Estudos de casos da prática administrativa demonstram, sobejamente, que, sem atenção ao seu processo, ocorre a disfuncionalização e a organização se defronta com conflitos e crises no seu existir. Se as outras funções, anteriormente citadas, possuem um gerente específico, então, o mesmo deveria acontecer com a função política. Ela necessita ser gerenciada. O gerenciamento desta função cabe à atividade profissional de Relações Públicas. Isto aceito, define-se, por meio de conceitos, que a **atividade de Relações Públicas é a gestão da função organização política**.

Essa definição será fidedigna se enquadrar-se no princípio essencialista segundo o qual um **definiens** - a atividade de Relações Públicas será a gestão da função organizacional política se, e somente se, a gestão da função organizacional política - **definiendum**, for à atividade de Relações Públicas e nenhuma outra qualquer. A demonstração deste outro teorema implica delimitar o tema, dizer o tema, dizer do seu objetivo e caracterizar, perfeitamente, os objetos material e formal da atividade.

Que fator justifica a existência da atividade de Relações Públicas? ÉTICA E ESTÉTICA

Por último, sem significar ordem de importância, tem-se as bases filosóficas. Elas respondem pela justificativa da existência da atividade no seio da sociedade. A **ética** sustenta-se na **busca da legitimidade da ação organizacional** e no que diz respeito ao discurso do profissional, na informação para os públicos e na sua liberdade de decisão.



Quanto à **estética**, a definição operacional da atividade de Relações Públicas desde há muito prescreve que antes de justificar ou explicar as ações organizacionais, deve-se "arrumar a casa", pondo em prática políticas organizacionais justas. Para isto, **busca adequar-se ao princípio de ações pensadas, bem projetadas e bem executadas**. O processo de qualidade dos programas de ação organizacionais tem suporte na assessoria que é dada às lideranças organizacionais.

A atividade de Relações Públicas, em seu sentido abstrato, é ética e estética, pois visa uma sociedade mais harmônica. Os problemas éticos e estéticos surgem em razão da ação humana ser imperfeita, quer seja a da direção da organização, quer seja a do profissional de Relações Públicas, à semelhança de qualquer outra profissão, legalizada pela sociedade. Somente como fenômeno ético e estético pode-se justificar a existência da atividade de Relações Públicas.

SEIB, Philip e Fitzpatrick Kathy (1995, p. 1), citando Paluszek, : "Toda profissão tem um propósito moral. A Medicina tem a Saúde. O Direito tem a Justiça. Relações Públicas tem a Harmonia - a harmonia social".

Referências Bibliográficas

- ARENDETT, Hannah (1988). *O que é política*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BRIDGMAN, P. W (1927). *The Logic of Modern Physics*. New York: McMillan.
- DANCE, Frank (1970). 'The Concept of Communication' *Journal of Communication*. V.20, p. 201-210.
- DURANDIN, Guy (1995). *La información, la desinformación y la realidad*. Barcelona: Paidós.
- KATZ, Daniel & KAHN, Robert (1979). *Psicologia Social das Organizações*. São Paulo: Atlas.
- KEOHANE, Robert & NYE, Joseph (1989). *Power and Independence*. USA: HarperCollins.
- MARCH, James & SIMON, Herbert (1972). *Teoria das Organizações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- MINTZBERG, Henry (1992). *El Poder en la Organización*. Barcelona: Ariel.
- PALUSZEK, John (1989) "Public Relations and Ethical Leadership: If not us, who? If not now, when? Speech to the PRSA, Westchester - Fairfield, N.Y. Chapter. June 15.
- PIRIE, Madsen (1988). *Micropolitics - The Creation of Successful Policy*. Andershot, Hants: Widwood House.
- PRIESS, Frank (1997). *Contribuciones 2 / 1997 - Konrad Adenauer - Stiftung*. Ano XIV, n.2 (54), abr / jun.
- SEIB, Philip e Fitzpatrick, Kathy (1995). Fort Worth: Harcourt Brace.



SIMÕES, Roberto P (1992). *Public Relations as a Political Function: A Latin American View*. In: *Public Relations Review*. v.18, n.2, p. 189 - 200.

_____.(1995). *Relações Públicas: Função Política*. São Paulo: Summus, 1995.

_____.(2001) *Relações Públicas e Micropolítica*. São Paulo: Summus.

WIENER Norbert (1985) *Cibernética: o el control y comunicación en animales y maquinas*. Barcelona: Turquest.